

Entre a cruz e o diabo

Econ. Brasil

Eustáquio J. Reis

Há anos ouvimos a ladainha de que o déficit público é o grande culpado de nossas purgações. Apesar disso, o governo não consegue controlá-lo e sequer sabemos seu tamanho exato. Para o economista americano Robert Eisner, o déficit público é como o pecado: moralmente condenável por todos, quase impossível de se evitar e sempre envolvendo erros de avaliação e julgamento. De uma perspectiva racional-materialista, pecar só é ruim porque nos condena à danação eterna. Da mesma forma, déficit é bom, cria empregos e gera rendas; ruim é seu financiamento, que pode causar hiperinflação e uma dívida pública impagável.

Em verdade, para os economistas ortodoxos, o déficit público é visto como obra do próprio demônio. Exemplifica essa postura, a conclusão apocalíptica do artigo ferino e irônico do prof. Simonsen, intitulado *O Brasil na contramão*, publicado no ano passado: "Um regime democrático montado na máquina centralizada, farisaica, gastadora e irresponsável que se encastelou no Estado terá o mesmo destino que o seu antecessor: o colapso."

O problema dessa afirmação é identificar o Estado com um "demônio ex-machina" gerando déficits independentemente do jogo de interesses privados que o pressionam para gastar mais e arrecadar menos. Mas o diabo é mais feio do que se pinta: o déficit é, na verdade, um pecado da sociedade que quer gastar mais do que pode. E como o governo, apesar de não criar recursos, tem o poder legítimo de transferi-los, é natural que, no mais das vezes, o buraco apareça nas suas contas, sobretudo quando secam as fontes de financiamento externo.

Naturalmente, as ineficiências, desperdícios e mordomias existentes no setor público são condenáveis por razões éticas e econômicas. Mas é fundamental ter presente que grande parte do déficit ocorre em função dos subsídios e incentivos fiscais que, sob as mais variadas e disfarçadas formas, são concedidos a segmentos do setor privado que possuem acesso privilegiado às decisões e recursos do governo.

Subsídio nem sempre é sinônimo de corrupção. Justificam-se — ou assim, em boa fé, são vendidos para o governo e para a sociedade — pela criação de empregos, exportações, tecnologia, auto-suficiência etc. Essa justificativa tem, na maioria das vezes, uma visão míope que não percebe que os subsídios, somados, resultam na acumulação explosiva de déficits e dívidas, hiperinflação, distorções na alocação de recursos e, inexoravelmente no longo prazo, políticas econômicas recessivas.

Nos contextos altamente inflacionários, contudo, o problema se agrava, pois boa parte dos subsídios nem sequer se justifica, ocorrendo como mera consequência da própria inflação. Isso se dá, por exemplo, pela perda no valor real dos impostos que ocorre devido à não aplicação da correção monetária durante o prazo legalmente permitido às empresas para o recolhimento desses impostos ao Tesouro Nacional. Para ilustrar com um caso expressivo em termos do valor dos impostos envolvidos, a Souza Cruz, por exemplo, tem 20 dias para, sem correção monetária, recolher aos cofres públicos o imposto que o consumidor paga quando compra um maço de cigarros. Com 30% de inflação ao mês, isso significa que o governo receberá não mais do que 80% do valor real dos impostos. Os outros 20% podem ser apropriados pela Souza Cruz através de aplicações financeiras do valor dos impostos durante os 20 dias que vão do recebimento do imposto até seu recolhimento ao Tesouro Nacional. São lucros causados pela inflação, cuja redução ou a eliminação pode ser vista como pressuposto e consequência inevitável para o sucesso de um programa antiinflacionário.

Independentemente da justificativa ou origem, o fato é que cortar qualquer subsídio ou incentivo fiscal implica tocar diretamente no bolso de alguém. E é natural que, imediatamente, a grita dos interesses atingidos se faça ouvir com denúncias da essencialidade e prioridade do subsídio, da ineficiência ou equívoco desses cortes, do caráter autoritário das medidas fiscais etc. Na verdade, muito do tão propalado horror aos pacotes fiscais é simples artimanha para se evitarem os cortes de subsídios e incentivos fiscais que se fazem necessários para combater a inflação. Basta que o governo cogite desses cortes para que, imediatamen-

te, se detone uma crise nos ministérios econômicos. É exatamente por isso que, apesar de condenado por todos, o diabo do déficit público brasileiro continua intocado, escapando a toda tentativa de exorcismo.

Por ocasião da queda do ex-ministro Bresser Pereira, vimos um pouco desse filme. Agora, estamos de novo diante da mesma situação; as diferenças são o maior risco de hiperinflação e, portanto, a necessidade de um ajuste fiscal mais drástico. Confrontados com a ameaça dos cortes de subsídios e incentivos fiscais da nova proposta orçamentária, novamente os porta-vozes de diversos setores do empresariado se mobilizam na tentativa de demonstrar a inviabilidade, a ineficiência e o equívoco das medidas contempladas.

Um fato novo, contudo, é a voz do prof. Simonsen que, entrando na contramão, critica a idéia de um choque fiscal com suspensão dos incentivos fiscais e subsídios e, sobretudo, a otenização ou aplicação da correção monetária aos impostos indiretos, argumentando que isso aumentaria os custos das empresas e, portanto, criaria pressões inflacionárias insuportáveis na economia. Acrescenta, ainda, que não é o déficit que causa inflação, e sim o seu financiamento via expansão monetária.

Vindo de quem vem, essas proposições devem ser criticadas, pois, por seu poder de formar opiniões, contribuem para dificultar ainda mais decisões de ajuste fiscal que se fazem urgentemente necessárias. Em primeiro lugar, deve ser apontado que existem formas de se cortarem subsídios que, ao contrário do que diz o prof. Simonsen, contribuem diretamente para reduzir as pressões inflacionárias da economia. É o caso dos subsídios fiscais e creditícios às exportações que, quando cortados, deslocam para o mercado interno a oferta de bens e serviços que seriam exportados, dessa forma reduzindo pressões para aumentos dos preços.

O superávit comercial brasileiro atual é excessivo, representando 6% do PIB e, portanto, sua redução é desejarável e necessária. Não é de estranhar que o déficit público seja cortado e a inflação não caia: como é bem sabido, superávit comercial reduz a oferta doméstica de bens e gera emissão de moeda, causando pressão de demanda e inflação. Naturalmente, para se reduzir o superávit, o ideal seria aumentar as importações, sobretudo de bens de capital. Com os investimentos retraídos, contudo, o corte dos subsídios às exportações tem a vantagem de matar dois coelhos com uma só cajadada: reduzir o superávit comercial e o déficit público.

Em segundo lugar, é preciso dizer que, se o aumento da carga tributária decorrente da otenização dos impostos é considerado inflacionário, via custos, o aumento da taxa de juros real, pelas mesmas vias, também deveria ser. Não haveria razão, portanto, para se propor uma política monetária austera — esse é, na verdade, o equívoco dos heterodoxos ingênuos que acreditam que preços são determinados exclusivamente pelos custos.

O contra-argumento de que o aumento da taxa de juros reduz a demanda agregada é válido também para o aumento da carga tributária decorrente da otenização dos impostos, pois essa reduziria a renda disponível do setor privado. O aumento de preços que ocorresse seria um salto momentâneo, como no caso da elevação da taxa de juros, uma vez que estaria estancada a corrosão inflacionária dos impostos que automaticamente realimenta déficits e expansão monetária. Ao reduzir o déficit público, a otenização dos impostos necessariamente contribuiria para viabilizar a austeridade monetária. Note-se o atenuante de não aumentar despesas financeiras.

Finalmente, deve ser notado que o diagnóstico do prof. Simonsen de que a causa da inflação é o financiamento do déficit via expansão monetária conflita frontalmente com suas posições anteriores, advogando as operações de conversão da dívida externa, inclusive em exportações. A não ser que passemos a aceitar a idéia de que o dinheiro vem carimbado com marcas diferenciando as notas que causam das que não causam inflação.

Concluindo, não há como evitar a imposição de prejuízos e sacrifícios em termos de renda e emprego para se estancar uma inflação beirando os 1.000% ao ano. Sem prejuízo da austeridade monetária, o corte de subsídios e incentivos não pode mais ser postergado. A alternativa é o pacto com o diabo e com o colapso.